



Índice

- 01 'Bajola' criada por ribeirinhos ganha espaço no Acre
- 02 Índios alugam terras para exploração ilegal de madeira
- 03 Padre desaparece após seguir de barco para aldeia indígena em MT
- 04 Condisi Xingu divulga resolução contra a criação do INSI
- 05 MPF divulga nota pública sobre a criação do INSI
- 06 Oeste do Paraná: uma onda ininterrupta de violência contra os povos indígenas
- 07 MPF: documentos apontam que Estado pode ter usado terras indígenas na MS-156
- 08 Buscas pelo padre Loebens continuam
- 09 Indígenas paraguaios denunciam plantações de maconha em suas terras
- 10 Museu Kuahi apresenta cultura e tradição dos povos indígenas na FIO 2014
- 11 MPF diz que modelo de criação de Instituto de Saúde Indígena é inconstitucional
- 12 ONGs tentam impedir no Supremo Tribunal Federal que o Congresso legisle sobre Mineração
- 13 MPF recomenda a governo estadual cadastramento de propriedades quilombolas
- 14 Dom Feliciano - reunião sobre a Estratégia da Saúde da Família Quilombola
- 15 Empreendedorismo ribeirinho: beneficiamento para cinco mil pessoas no Amazonas
- 16 Oficina orienta sobre uso da natureza para produção de remédios e cosméticos



-
- 17** Índios encontram corpo de padre que estava desaparecido em rio de MT
 - 18** Índios Munduruku vão definir formato e prazos de consulta sobre usina
 - 19** Operação na Reserva Indígena do Ligeiro cumpre mandado de busca e apreensão
 - 20** Alunos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda participam de palestra sobre questões indígenas
 - 21** Questão indígena em Guará e Terra Roxa
 - 22** Em Brasília, Simone vai trabalhar para levar desenvolvimento a comunidades quilombolas
 - 23** Indígenas se unem para eleger deputado federal
 - 24** Polícia Federal vai indiciar 20 índios pela morte de agricultores
 - 25** STF: Julgamento sobre demarcação de terras indígenas no MS deve ser concluído na próxima semana
 - 26** Danças e rituais tradicionais na arena do 4º Jogos Indígenas
 - 27** Vídeo: crimes ambientais acontecem em reservas indígenas, diz Sema
 - 28** Voto histórico: Ministra Cármen Lúcia desqualifica posse "imemorial" indígena em demarcação no Mato Grosso do Sul



'Bajola' criada por ribeirinhos ganha espaço no Acre

SÍTIO G1, 09.09.2014

Embarcações feitas em madeira e fibra atingem velocidade de até 70 km/h. Criadores recebem encomendas até de outros estados.

Criada por ribeirinhos de Cruzeiro do Sul, a 'bajola', lancha de pequeno, vem ganhando espaço no interior do Acre. Os donos do invento contam que não estão conseguindo atender as encomendas depois que o produto começou a ser divulgado. As embarcações construídas em madeira e fibra podem atingir uma velocidade de até 70 km/h. As encomendas são de ribeirinhos da própria região, de Rio Branco e de municípios do Amazonas.

Segundo Airton Nascimento de Freitas, um dos criadores das embarcações, a procura aumentou com a divulgação na imprensa e em feiras agropecuárias em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Organizados em uma cooperativa, os 'bajoleiros' ganharam um polo construído e equipado pelo governo do Estado, o que aumentou a capacidade de produção.

"Eu trabalho junto com outra pessoa da minha família e desde que a gente passou para esse polo, há seis meses, nós dobramos a nossa capacidade de produção, devido aos equipamentos que usamos para beneficiar a madeira. Também construímos barcos maiores de nove metros, chamados de botes e passamos a produzir mais. Mesmo assim, não damos conta das encomendas", explica Airton Nascimento.

O carpinteiro naval Lindauci Maciel de Souza diz que o trabalho era artesanal, agora instalados no polo a capacidade de produção é bem maior. "Mesmo assim as pessoas ficam na fila a espera, porque temos muitas encomendas", ressalta.

As bajolas deram visibilidade a outros produtos do mesmo ramo. Nivaldo Coelho dos Santos, iniciou o trabalho de construção de barcos de alumínio no polo, mas já abriu um espaço em outro local para atender a demanda. "Depois das exposições os nossos produtos ganharam visibilidade e apenas para a prefeitura do município de Jordão (AC) nós fechamos uma encomenda de 30 barcos de alumínio, por isso, tivemos que procurar um espaço maior conta".

A produção de barcos também movimenta as oficinas de motores de popa e tornearias que constroem peças e outros equipamentos para os barcos. "O movimento na minha oficina teve um aumento significativo, inclusive pessoas de outros municípios do Acre e do Amazonas passaram a procurar a nossa oficina", reitera o mecânico de motor de barcos José Gomes de Azevedo, de 37 anos.



Índios alugam terras para exploração ilegal de madeira
SÍTIO CENÁRIO MT, 09.09.2014

Matéria dos jornalistas Aguirre Talento, Felipe Luchete e Katia Brasil publicada no jornal Folha de São Paulo em janeiro do ano passado mostra que várias etnias indígenas da Amazônia têm loteado e "alugado" suas terras para madeireiros retirarem madeira de forma ilegal em troca de pagamentos.

Com base em investigações da Polícia Federal, Ministério Público e relatos de servidores da Funai, os jornalistas identificaram casos em pelo menos 15 terras indígenas no Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão, onde fica a terra indígena dos urubu-kaapor.

Essa semana a Agência Reuters divulgou imagens de índios urubu-kaapor armados praticando violências contra madeireiros que supostamente teriam invadido a Terra Indígena Alto Turiagú.

De acordo com a matéria da Folha, nas transações com os índios madeireiros pagam R\$ 15 pelo m³ da madeira, depois revendida por preços na casa dos R\$ 1.000, de acordo com a PF. Além de pagamento em dinheiro, os índios também aceitam aparelhos eletrônicos, bebidas ou até mesmo prostitutas, conforme relatos de funcionários da Funai.

Ainda de acordo com a matéria da Folha, fora da Amazônia, a prática é menos comum, por haver menos madeira disponível com interesse comercial.

Além da madeira, também existem investigações sobre o envolvimento de índios na extração de minério. Também no ano passado índios mundurucu entraram confronto armado com agentes da Polícia Federal durante uma operação contra o garimpo ilegal no sul do Pará. Um indígena morreu e dois foram baleados. Várias balsas de extração ilegal de ouro foram dinamitadas pela PF no rio Tapajós.

Na terra indígena Anambé, em Moju, também no Pará, um relatório da Funai diz que os índios, após alugarem parte do território a madeireiros, acabaram perdendo o controle sobre a área.

Em Mato Grosso, a PF detectou o problema em 2007 no Parque Nacional do Xingu, uma das maiores áreas indígenas do mundo. A Justiça Federal chegou a bloquear bens de madeireiros. A decisão dizia que os índios "se tornaram agentes ativos e destacados na extração e comercialização de madeiras".

Em Rondônia, o líder indígena Almir Suruí, da terra Sete de Setembro, disse aos jornalistas da Folha que informa a Funai sobre a convivência de alguns índios com os madeireiros. "Eles falam que não podem mandar fiscalização porque tem índio envolvido. Se tem, para mim é bandido como quaisquer outros. Além de roubar o próprio povo, rouba um bem da União."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

Vez por outra há desavenças em relação aos pagamentos, o que gera ações como as evidenciadas pelas imagens da Reuters. É preciso investigar se a ação dos urubu-kaapor não foi planejada pelos índios ou até mesmo pelo fotógrafo, que é um conhecido militante indigenista. É curioso como ele está sempre no lugar certo, na hora certa.

Fonte: Questão Indígena



Padre desaparece após seguir de barco para aldeia indígena em MT

SÍTIO CBN/FOZ, 09.09.2014

Um padre está sendo procurado por índios desde o início da noite deste domingo (7) após o barco em que ele estava ter sido encontrado quebrado na beira de um rio, próximo ao Distrito de Fontanillas, em Juína, a 737 km de Cuiabá. Segundo a Polícia Militar, informações preliminares dão conta de que ele teria feito contato com os indígenas, com quem iria almoçar naquele dia. Por volta de 18h o padre ainda não havia aparecido e, por isso, a tribo começou a procurá-lo.

O Corpo de Bombeiros do município de Tangará da Serra, a 242 km da capital, responsável por atender a região de Juína, informou que uma equipe composta por três bombeiros começou a procurar o padre.

A Diocese de Juína, a qual o padre pertence, confirmou que ele não foi visto desde que surgiram os rumores de desaparecimento.

O delegado da Polícia Civil José Ricardo Garcia Bruno, que atua em Juína, disse que ainda não deu início às investigações porque não foi informado oficialmente sobre o caso. "Não tem crime para abrir investigação, só extraoficialmente", pontuou. Mas ele afirmou que assim que for notificado oficialmente sobre o possível desaparecimento abrirá a investigação.



Condisi Xingu divulga resolução contra a criação do INSI

SÍTIO CIMI, 09.09.2014

O Plenário do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Xingu, em reunião extraordinária realizada nos dias 2 e 3 de setembro de 2014, no Polo Base Leonardo – Parque Indígena do Xingu, no uso de suas atribuições regimentais conferidas na Lei nº 8.080, de 15 de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei nº 9.836, de 28 de setembro de 1999, Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, e Portaria nº 755, de 18 de abril de 2012.

Os conselheiros distritais de saúde indígena, caciques, lideranças, professores, usuários, pajés e reizeiros, da abrangência do Parque do Xingu, representantes do Polo base Leonardo, Diaurum, Pavuru e Wawi, apresentado a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), após explicações, análise e discussão do assunto citado por todos os representantes.

Resolve:

Não apoiar a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), porque essa proposta não foi consultada na base da forma adequada por não haver o tempo hábil para análise e entedimento das comunidades indígenas.

Ainda solicitam que os responsáveis pela elaboração da proposta da criação do INSI, acompanhados de representantes do MPF, MPT e 6ª CCR, estejam comparecendo até Parque Indígena do Xingu para esclarecer e explicar detalhadamente a proposta.

03 de setembro de 2014



MPF divulga nota pública sobre a criação do INSI
SÍTIO CIMI, 09.09.2014

1. O Sistema Único de Saúde, que vem com a Constituição de 1988, é resultado de uma luta histórica contra o pouquíssimo investimento do poder público em serviços de saúde até então.
2. A partir da atual Constituição, a saúde pública é serviço a ser executado pelo poder público, mediante Sistema Único de Saúde, sendo o papel da iniciativa privada meramente complementar (art. 199, § 1º). Todo o esforço estatal em saúde, portanto, deve ser realizado dentro do SUS (art. 198, § 1º). E, fora do SUS, não há autorização para atuar.
3. A saúde indígena tem natureza essencialmente pública, integra o SUS e é dele subsistema (art. 2º e parágrafo único do Decreto 3.156, de 27 de agosto de 1999). De modo que todo o investimento estatal deve ser realizado dentro desse subsistema. O Instituto Nacional de Saúde Indígena está na contramão desses princípios constitucionais, porque transfere a execução da saúde indígena para pessoa jurídica de direito privado, que se constitui sob a forma de serviço social autônomo, não fazendo parte da administração pública, direta ou indireta.
4. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Súmula 516), esse modelo de serviço social autônomo não está sujeito à jurisdição da Justiça Federal. Portanto, segundo esse entendimento, o Ministério Público Federal deixaria de ter atribuição para fiscalizar a aplicação desses recursos e, em consequência, a boa e regular gestão da saúde indígena.
5. Além de o modelo apresentado estar em desconformidade com a Constituição Federal, não foi apresentado o projeto de lei tendente a viabilizá-lo. De modo que, até o momento, não se sabe como o Instituto vai conviver com as ideias centrais do subsistema de atenção à saúde indígena, especialmente os Distritos Sanitários de Saúde Indígena e os Conselhos Distritais de Saúde Indígena (art. 8º e §§ 4º e 5º do Decreto 3.156/99).
6. Apesar de não ter sido ainda apresentado o texto do projeto de lei, de acordo com as informações passadas pela própria SESAI, o controle social da saúde indígena estaria sem dúvida prejudicado, ou, ao menos, enfraquecido, uma vez que apenas três membros do conselho deliberativo do INSI, de um total de treze, seriam indicados pelas organizações indígenas. Esse formato, de resto, viola o princípio da paridade entre os usuários da saúde indígena e o conjunto dos demais segmentos (art. 1º, § 4º, da Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990).
7. Ainda no tocante ao controle social, a proposta de criação do INSI não foi apresentada na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em dezembro/2013, não obstante uma de suas pautas principais, que contou com várias deliberações, fosse o concurso público objeto do Termo de Conciliação Judicial (processo nº 0751-2007-018-10-00-4).

CONT.



8. O INSI não cumpre as promessas que ele anuncia, a começar pela suposta carga horária diferenciada, uma vez que os trabalhadores seriam submetidos ao regime geral da CLT, que não prevê especificidade alguma para a prestação de serviços de saúde indígena. Tampouco há segurança alguma de que os atuais trabalhadores seriam mantidos em seus quadros, uma vez que, também nesse modelo, é necessário o concurso público, sem que a proposta faça qualquer menção a particularidades quanto ao seu formato e conteúdo.

9. As alegações de que a realização do concurso público diretamente pela SESAI não levaria em conta as particularidades da saúde indígena e a importância de manutenção de trabalhadores com experiência e da própria etnia também não representam a realidade, visto que o Termo de Conciliação Judicial prevê expressamente que o concurso deve: ser específico e diferenciado; ser regionalizado por DSEI; considerar, para fins de títulos, cursos promovidos pela SESAI, FUNASA, pós-graduação na área de saúde indígena, tempo de atuação em saúde indígena, entre outros relacionados à matéria, além de tempo de atuação em saúde indígena; provas objetivas com critérios referentes ao conhecimento da língua, da cultura, entre outros aspectos específicos relacionados à comunidade.

10. A proposta de criação do INSI não consegue provar a alegada impossibilidade de recrutar quadros por meio de concurso público. A uma, porque a única experiência relatada remonta a 1996, carecendo, portanto, de atualidade. A duas, porque jamais foi realizado concurso público específico para a saúde indígena. E, mesmo considerando o concurso de 1996, está dito que, na ocasião, restaram 22% das vagas sem candidatos. Tal percentual, além de ser comum em concursos públicos, representaria, no total de 6.899 vagas, 5.373 cargos providos. Levando em conta que os Agentes Indígenas de Saúde e os Agentes Indígenas de Saneamento não estão incluídos nesse concurso – pois submetidos a processo seletivo simplificado, entre pessoas da própria comunidade, nos termos do art. 198, § 4º, da CF – e são, atualmente, 6.098 profissionais, se teria, ao final, um total de 11.471 trabalhadores na área de saúde indígena.

11. Tudo somado, a conclusão inevitável a que se chega é que as informações que chegaram aos representantes indígenas nos Conselhos Distritais de Saúde Indígena não atendem aos critérios da Convenção 169 da OIT, para a realização de consulta livre, prévia e informada, pois são omitidos dados relevantes pertinentes tanto à criação do INSI, quanto ao concurso público objeto do Termo de Conciliação Judicial.

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

Sebastião Vieira Caixeta

Procurador do Trabalho

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

Gustavo Kenner Alcântara

Procurador da República

Coordenador do GT Saúde Indígena/6ªCCR

Analúcia de Andrade Hartmann

Procuradora da República

José Godoy Bezerra de Souza

Procurador da República

Márcia Brandão Zollinger

Procuradora da República

Emerson Kalif Siqueira

Procurador da República

Júlio José Araujo Junior

Procurador da República

Talita de Oliveira

Procuradora da República



Oeste do Paraná: uma onda ininterrupta de violência contra os povos indígenas

SÍTIO CIMI, 09.09.2014

"Lá, na mata junto ao rio é nossa casa, nossa morada, o branco nem sabe que lá é Tatá Rendy (luz do fogo), que é sagrado... Lá é nossa tekoha (lugar onde se é), nossa antiga aldeia, que ainda é nossa, muito antes até da FUNAI estudar, muito antes da gente existir, e hoje vivemos assim, vivemos assim."

As palavras proferidas pelo rezador Santiago Morales de mais de 90 anos, no cair da tarde da última sexta-feira, dia 29 de agosto, refere-se ao despejo sofrido por um grupo Guarani que ocupava uma pequena porção de terra dentro de uma "fazenda" no município de Terra Roxa, ocorrido no dia 18 de agosto no estado do Paraná. O fato é apenas o último episódio de uma história de violência constante sofrida pelo povo Guarani no oeste paranaense.

Atualmente, vivendo em 13 terras indígenas, nenhuma regularizada, localizadas entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa, com uma população de aproximadamente 1.800 indígenas, os guarani encontram-se em uma situação tão aguda de vulnerabilidade que no ano passado o procurador da República Henrique Oliveira ingressou com 45 processos administrativos junto às diversas instâncias do Poder Público em apenas dois meses de trabalho. As peças emitidas pelo procurador guardam intensos relatos dos níveis de degradação e da total falta de dignidade humana vivida pelo povo Guarani há muitas décadas.

Cansados de viver nesta situação, que tem se intensificado com a paralisação dos procedimentos demarcatórios, um pequeno grupo de aproximadamente 30 indígenas guarani decidiu, na manhã do dia 18 de agosto, ocupar uma faixa de mato ao lado de um córrego, em uma pequena extensão da fazenda São Paulo, localizada na (não por acaso) Vila Guarani, na divisa entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa. Esta área trata-se de uma terra que se encontra em estudo pela FUNAI e que para o povo Guarani se constitui como um antigo território sagrado chamado pelos seus anciões de Tatá Rendy (luz do fogo). Como afirma Santiago Morales: "É uma terra onde podemos ter acesso ao mato, aos recursos que precisamos. Uma terra em que podemos viver como Guarani".

Mesmo tratando-se de um número tão reduzido de indígenas, e mesmo os Guarani não representando nenhum perigo considerável aos moradores do local, poucas horas depois, na tarde do mesmo dia, um grupo fortemente armado formado por mais de 300 fazendeiros, produtores rurais, comerciantes e políticos reuniu-se no local e passou a ameaçar os indígenas prometendo, segundo as palavras dos guarani, matar todo índio que ousasse resistir ao despejo que o próprio grupo trataria de aplicar. Os indígenas tiveram de deixar o local na mesma noite sob uma espécie de "escolta" da Polícia Federal. Enquanto as demarcações de terra seguem paralisadas, este é o segundo despejo sofrido pelo povo Guarani em menos de seis meses.

CONT.



A liderança guarani Ilson Soares referindo-se ao caso lamenta: “Eles (os mais velhos) se preocupam com o futuro, com as condições que vivemos e então falam belas palavras, de incentivo, de esperança para nosso povo. Nosso povo que não aguenta mais, então passa a sonhar com as palavras e procura melhorar sua condição de vida para poder viver sua cultura e seu modo de ser. É uma pena ver que tão belas palavras possam ter um resultado tão ruim, que gere tamanha violência”.

A “tamanha violência” lamentada por Ilson ganha nesta região fronteiriça com o Mato Grosso do Sul dimensões inacreditáveis e revela os bastidores de uma rápida e ágil articulação entre os setores do agronegócio e do poder público com a finalidade de promover uma sombria definição de “justiça direta” contra os povos indígenas. Esta articulação, registrada pelos indígenas na desocupação do grupo Guarani no último dia 18 de agosto, constitui-se na verdade como a tônica de uma onda ininterrupta de violência que vem assolando os povos indígenas, ano após ano, no oeste paranaense.

Racismo institucional, utilização da máquina pública, formação de quadrilha, ameaças e assassinatos marcam tal “onda” de ataques, que tem sua origem junto aos oceanos de monocultura do estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul e das demais zonas de expansão das fronteiras agrícolas brasileiras. Enquanto na esfera Federal o governo pactuou com o agronegócio paralisação das demarcações, regionalmente verdadeiras máfias e milícias, aproveitando-se da ineficiência das leis e da Justiça, praticam todo tipo de violência para garantir de maneira prática o desmonte dos territórios tradicionais e originários.

Quadrilha institucional e um pequeno histórico da violência recente contra os povos indígenas em Guaíra e Terra Rocha

No ano de 2010, quando as bancadas ruralista e evangélica ainda não havia conseguido congelar os procedimentos demarcatórios das terras indígenas via caminhos institucionais, no oeste do Paraná, os fazendeiros da região já aplicavam “estratégias” para que sua violência direta tivesse efeito similar. Um grupo de fazendeiros literalmente fechou as portas de uma aldeia indígena, alegando que estavam em território de uma fazenda, confinando o povo Guarani e os mantendo cativos através de ameaças e vigília integral. Os fazendeiros impediam que os mesmos tivessem inclusive acesso a alimentação. O ato criminoso foi desfeito apenas com intervenção direta do Ministério Público Federal de Umuarama e da Polícia Federal. Os estudos preliminares das terras indígenas haviam sido garantidos apenas um ano antes também por determinação judicial.

No mesmo ano, a aldeia Y’Hovy (Rio Azul), localizada em Guaíra, foi atacada por jagunços armados e liderados por um arrendatário chamado Vantuir Morra. Casas foram destruídas e queimadas e os agressores só recuaram devido a organização dos indígenas, que resistiram aos ataques colocando suas próprias vidas em risco. Tiros sobre acampamentos indígenas tornaram-se eventos recorrentes.

Já em 2011, com o aumento dos atentados, as comunidades indígenas da região denunciaram a contratação de trabalhadores estrangeiros que prestavam uma “dupla jornada” para seus patrões. Em determinados períodos do dia trabalhavam na colheita, em outros trabalhavam

CONT.



como jagunços armados para manter afastados os povos indígenas e avançar sobre seus territórios. A denúncia chegou a gerar comoção pública devido ao índice de desemprego dos cidadãos na região e uma ação de investigação da Polícia Federal acabou por afugentar os jagunços.

O grau de violência e atentados contra os direitos humanos seguiu forte e ativo no ano seguinte. Lideranças das mais diversas aldeias da região passaram a reivindicar os direitos à demarcação dos territórios tradicionais e das condições básicas garantidas aos povos originários pela Constituição Federal e foram sistematicamente ameaçados. Atentados contra a vida dos indígenas tornaram-se eventos cotidianos e o terror tomou conta das comunidades que se sentiram cada vez mais confinadas. Sair dos limites das aldeias tornou-se um risco de vida. No fim de 2012 uma senhora indígena foi atropelada em frente ao terminal rodoviário de Guaíra por um carro à mais de 100 km por hora. Após o atropelamento, o motorista fugiu do local. Mesmo com uma sucessão de eventos como este, os jornais continuavam noticiando os fatos como se estes fossem casos isolados.

O quadro veio a piorar ainda mais no ano de 2013. Com a paralisação das demarcações de terras indígenas adotada pelo Governo Federal, em esfera local, organizações anti-indígena se reforçaram e passaram a ampliar suas investidas contra os povos originários. No caso de Guaíra e Terra Roxa os ataques aos povos indígenas, que já não tinham nada de espontâneos, assumiram o caráter de uma quadrilha institucional. A forte articulação entre fazendeiros e o poder público da região passou a ficar evidente com a criação da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), da qual faz parte até hoje, nada mais nada menos que o prefeito de Guaíra, o petista Fabian Vendrusculo.

Criada em março de 2013, a organização nasce com o objetivo de se postar de forma combativa contra as demarcações de terras indígenas, “alertar” a população local sobre o perigo das invasões de terra por parte dos indígenas e inclusive encomendar laudos de estudo a respeito das demarcações de fontes que eles considerem seguras.

A Ongdip e Sindicatos Rurais passaram então a encabeçar uma forte campanha difamatória com teor de verdadeira incitação pública onde os moradores de Guaíra e Terra Roxa foram incentivados abertamente a tomar partido na luta contra os povos indígenas. Faixas foram estendidas pelas praças e principais ruas da cidade com dizeres como “invasão indígena não combina com ordem e progresso” e “o Brasil que produz merece respeito”. Um panfleto de caráter profundamente racista intitulado “A Verdade”, financiado a partir de recursos privados dos vereadores da cidade foi amplamente distribuído enquanto adesivos portando a frase “Minha Terra, Minha vida: PR e MS contra a demarcação das terras indígenas” passaram a estampar os vidros da grande maioria dos veículos que transitavam pelas cidades. O ponto mais forte da campanha culminou no dia 14 de março quando centenas de pessoas da cidade de Guairá e Terra Roxa ocuparam a ponte Ayrton Senna, limite entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, para gritar contra as demarcações.

Segundo informações providas do Ministério Público Federal de Guaíra, a partir de uma investigação descobriu-se que o próprio prefeito Fabian Vendrusculo havia decretado feriado na cidade para realização do protesto e que todos os empregados dos mais diversos

CONT.



estabelecimentos comerciais foram convocados pelos patrões a participar do “protesto da ponte” como se fosse uma atividade normal de trabalho.

O pai de Fabian é sabidamente proprietário de terras que incidem diretamente sobre a área indígena de Tekoha Mirin em Guaíra, e para além da família Vedrusculo, outros fazendeiros temidos pelos Guarani engrossam as fileiras desta organização contra as demarcações. Segundo os indígenas o fazendeiro Roberto Weber é conhecido pelos indígenas de longa data. Roberto é sobre tudo presidente da Ongdip e já teria promovido ações contra lideranças Guarani. A Fazenda São Paulo, da qual o grupo de 30 Guarani foi expulso no último dia 18 de agosto por mais de 300 pessoas armadas é , segundo informações dos indígenas, pertencente ao pai de Roberto, Sr. Rosalino Weber.

Os indígenas denunciam ainda que o produtor rural Semião Neves, que tem se colocado como uma espécie de porta voz da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na região, por diversas vezes agiu contra a aldeia indígena conhecida como Tekoha Guarani. Segundo Ilson Soares, liderança Guarani, Semião contaminou as águas utilizadas pelos Guarani com veneno e destruiu as plantações que ficam dentro do terreno da aldeia. Ilson recorda que em um dos ataques, destas investidas de Semião, foi flagrado por integrantes do Centro de Trabalho indigenista (CTI), que realizavam uma entrega de mudas para que os indígenas pudessem plantar. “Quem estiver na Tekoha vai ver, eles fazem tudo abertamente”, relata Ilson.

Em novembro do ano passado a onda difamatória e as investidas dos fazendeiros culminaram em dois acontecimentos drásticos para o povo Guarani. Uma jovem indígena de apenas 19 anos, que prefere se identificar apenas como Amélia, foi sequestrada a caminho da sede da FUNAI, onde trabalha. Ela conta que foi molestada durante mais de três horas por três homens e que depois a largaram no meio da rua. Antes de ser solta, Amélia teve de ouvir as ameaças direcionadas a seu irmão, liderança indígena da aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra, e servidores da FUNAI.

No mesmo mês, muitos indígenas reuniram-se na aldeia Tekoha Porã, também em Guaíra, para um torneio de futebol. Durante os jogos, pessoas apareceram e passaram a exhibir armas e ameaçando que naquela noite um indígena morreria. Na referida noite a promessa foi cumprida. O indígena Bernardino Ortega foi atingido por uma série de disparos provindos de um veículo. Não resistiu e morreu. Outros indígenas ficaram feridos.

Assédio e ameaças não escutadas, vidas despedaçadas e políticas de compensação que não compensam

A liderança indígena Ilson Soares alerta que as ameaças contra os guarani jamais pararam. Elas acontecem todos os dias, o problema é que a polícia não tem dado ouvido às queixas. “Homens armados têm se aproximado de crianças agora, assediam elas e através delas mandam recados mortais para nós, lideranças. Quando a gente denuncia a polícia diz que não devíamos ouvir histórias de crianças, será que vai ser preciso quantos cadáveres mais para eles entenderem que a coisa aqui é séria, que estamos sendo massacrados”. Ilson segue: “Além disso, quase todo o dia que saímos enfrentamos algum perigo real. Motoristas jogam o

CONT.



carro em cima da gente, pessoas nos ameaçam na rua, em plena luz do dia, mas não tem monitoramento, estamos por nossa conta”.

Para Ilson, o resultado desta violência é sentida pelos indígenas em todos os âmbitos da vida. “As crianças são discriminadas nas escolas enquanto os adultos são despedidos dos frigoríficos. Não podemos ter acesso pleno à cidade e cada nova ação dos ruralistas ou do governo é uma cidade inteira que se volta contra nós”. O desabafo da liderança Guarani é igual em todos os aspectos ao desabafo das famílias Kaingang da aldeia Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho no Rio Grande do Sul, há mais de 700 km de Guaíra. Tanto no Estado Gaúcho como no Paraná ações governamentais e de forças locais acabaram por aprisionar os indígenas em suas pequenas ocupações de terra, criando verdadeiros aglomerados anti-indígenas nas cidades locais.

Outra similaridade entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, no que se refere aos povos indígenas, são as ditas propostas de compensação oferecidas pelos Governos para que os indígenas abram mão de sua luta pelos territórios tradicionais. No Paraná, Hamilton Serighelli, que é secretário Especial de Assuntos Fundiários do governo estadual, tentou permutar com os guarani as áreas que estes reivindicavam por outra terra localizada junto ao parque da ilha Grande. Na época, o procurador de Umuarama Robson Martins se pronunciou de forma contrária a permuta, alertando sobre as condições de defasagem do terreno e outros processos administrativos relacionados à permanência de outros grupos no local, como por exemplo, as comunidades ribeirinhas. Os indígenas rechaçaram de forma veemente a proposta.

Para os guarani, o Ministério Público Federal (MPF), tanto de Umuarama quanto em Guaíra, tem sido um grande protetor. “Eles (procuradores) também estão no meio do tiroteio dos fazendeiros, sem poder fazer muito, mas tem garantido pelo menos questões básicas para nós, como saneamento e alimentação, isso é muito importante” relata Ilson. Segundo o Cacique da Tekoa Y’hovy os estudos de demarcação só seguem por determinação do MPF e de fato, apesar de em 2013 o governo federal ter paralisando as análises demarcatórias em todo país, a Funai só instaurou um novo Grupo de Trabalho (GT) porque foi obrigada por uma decisão judicial, provocada pelo órgão.

Protesto Guarani vem rompendo o silêncio.

Do Guarani mais novo ao mais velho é unânime a posição de que não se trata de um genocídio sofrido em silêncio. “Os fazendeiros podem fazê-lo de maneira velada, mas nós não estamos mais quietos. Nós temos ido à praça, pintado o rosto, feito protestos junto à universidade, denunciado. Por muitas vezes este ano e no ano passado saímos às ruas, gravamos tudo, encaminhamos aos órgãos responsáveis. Todos sabem o que está acontecendo e nós vamos continuar denunciando” diz o jovem Marcos Benites de apenas 15 anos.

Em cada uma das 13 aldeias localizadas entre Guaíra e Terra Roxa, existe uma força originária pulsando forte, como uma chama que se recusa a apagar. Quando mais pressão é exercida contra estas comunidades, mais esta força parece pulsar. Nas casas de reza os pequenos aprendem os passos dos mais velhos e com eles sonham em recuperar aquilo que sempre foi do povo Guarani. Aprendem que para além da lógica do transgênico e da monocultura a terra é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

sinônimo de vida. Sabem melhor do que ninguém que a premissa inversa também é verdadeira, sem-terra, sem vida digna. E como um tiro que sai pela culatra, o efeito pretendido pelos fazendeiros reverte sua lógica. Vivendo como comunidades sem-terra, enraízam mais forte o sentimento pelo seu Tekohá. Desta forma as comunidades têm ganhado as ruas e tronado público o genocídio programado que as autoridades e fazendeiros têm executado dia após dia. Na coragem dos que lutam hoje mora a esperança dos que virão amanhã.



MPF: documentos apontam que Estado pode ter usado terras indígenas na MS-156
SÍTIO CAPITAL NEWS, 09.09.2014

O Ministério Público Federal apresentou à Justiça documentos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul) e documentos históricos que comprovam que não houve transferência da posse das terras, onde foi construída a rodovia MS-156, entre Dourados e Itaporã.

Segundo o órgão essas terras faziam parte do território indígena e, que foram tomadas pelo Governo do Estado de forma irregular. As provas mostradas pelo MPF comprovam que o Estado deve implantar todas as medidas compensatórias devidas em razão da construção da Rodovia Estadual MS-156, pois, é evidente que houve supressão do território dos índios, que era destinado exclusivamente ao uso desses povos.

Em 2012, uma liminar, determinou que as ações compensatórias fossem cumpridas em três meses, sob pena de multa. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu a decisão, logo depois que o Estado alegou já ter realizado as obras pertinentes na faixa de domínio da rodovia.

O MPF informou que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul não cumpriu as decisões judiciais que determinavam a apresentação dos documentos que comprovem a cessão de área da União. Na área em questão, vivem indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó, as mais populosas do país.

A transferência dessas terras federais ao estado é um dos argumentos usados pelo governo para deixar de cumprir integralmente acordo feito com o MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2010, em que se compromete a compensar danos causados pelas obras de extensão da rodovia e pela supressão de parte do território dos índios.

Para o MPF, a citada faixa de domínio sequer existe, pois a área onde a rodovia foi construída é de propriedade da União, assim como todas as terras indígenas do país.

Antes do início das obras, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), realizou em estudo dos impactos que a obra causaria às comunidades, entre eles, risco de acidentes de trânsito, alagamentos, erosões, rachaduras nas casas e ainda o choque cultural sofrido pelos indígenas.

O próprio governo do estado produziu um relatório dos impactos antropológicos e ambientais causados pelas obras. Nele, constam oito medidas de compensação aos danos estruturais e culturais sofridos pelas comunidades. Algumas delas são a construção de mais um trevo na rodovia e a melhoria do já existente; drenagem de águas pluviais; ampliação e prolongamento das faixas laterais, instalação de câmeras de monitoramento 24 horas, proteção do cemitério

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

indígena com alambrado e um projeto de educação para o trânsito nas aldeias. Os itens foram definidos de modo a preservar a cultura indígena e respeitar seu modo de vida.

As medidas deveriam ter sido executadas antes da obra ser finalizada, o que não aconteceu. Atualmente, a estrada está em plena operação, em descumprimento à legislação brasileira e às condicionantes acordadas pelo governo do estado com os índios.

Para o MPF, o estado foi omissivo ao deixar de honrar o compromisso. "O fato de ser ente público lhe confere maior responsabilidade em cumprir os compromissos assumidos, em respeito ao princípio da moralidade administrativa, uma vez que se espera do Estado que não frustre a realização de medidas legitimamente esperadas pelos cidadãos em razão de pacto prévio".

Fonte: Luciana Recio - Capital News (capitalnews.com.br)



Buscas pelo padre Loebens continuam

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 09.09.2014

Da Reportagem

O Corpo de Bombeiros continua nas buscas pelo padre Balduino Loebens, 73 anos, que desapareceu no último domingo (7) enquanto fazia um trajeto de barco rumo a uma aldeia indígena no município de Juruena (930 km de Cuiabá). Loebens é um dos mais atuantes na luta pelos direitos dos indígenas em Mato Grosso.

O padre era esperado para um almoço na aldeia Água Braba, porém, por volta das 16 horas, ele ainda não havia desembarcado, levantando suspeitas.

No desespero, índios começaram uma busca. O barco usado pelo jesuíta foi encontrado às margens do rio Juruena, mas sem sinal do padre. Eles também realizaram mergulhos na tentativa de localizá-lo, mas sem sucesso.

Durante a ação, os índios acionaram a Polícia Militar, que rapidamente mobilizou equipes. Mergulhadores dos bombeiros, que estavam trabalhando em um festival de pesca na região, foram acionados e atuam na busca do padre desde domingo, mas até o momento, não obtiveram sucesso.

Balduino está há mais de 40 anos em Mato Grosso e é conhecido pela atuação em causas indígenas. Diante do seu posicionamento, já foi vítima da violência de policiais e fazendeiros na década de 80. Em 2006, ele recusou ser testemunha no julgamento da morte do também jesuíta, Vicente Cañas, devido às ameaças que recebia. (AR)



Indígenas paraguaios denunciam plantações de maconha em suas terras

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 09.09.2014

O líder indígena disse que um emissário tinha sido enviado a Assunção para conversar com autoridades do Ministério do Interior

France Presse

Assunção - Indígenas paraguaios da comunidade Aché-guayakí advertiram nesta terça-feira que atacarão com arcos e flechas os camponeses que entrarem em suas terras com o objetivo de desmatar para vender árvores e plantar maconha.

O chefe indígena do departamento de Canindeyú, 400 km a nordeste de Assunção, explicou à AFP que os líderes da comunidade haviam alertado as autoridades da capital para que evitassem a invasão de sua terra, com uma superfície estimada em cerca de 6.400 hectares. "É a última advertência que fazemos para que saibam da gravidade da situação", disse o cacique da região, Martín Achipurangi - conhecido como Kuetuvi -, em uma entrevista por telefone concedida à AFP.

O líder indígena disse que um emissário tinha sido enviado a Assunção para conversar com autoridades do Ministério do Interior. "Aqui não dão atenção a nós, nem a Procuradoria nem a Polícia", lamentou. Em sua propriedade vivem cerca de 60 famílias, mais de 300 pessoas, que se dedicam ao cultivo de produtos de alimentação básica, à caça e à pesca.

A ONG internacional World Wildlife Fund enviou técnicos há uma semana para realizar um levantamento da reserva indígena e encontraram cultivos de maconha, restos de carvão e pedaços de madeira, provavelmente deixados por caminhões que carregavam toras. "Estamos dando um prazo de três semanas para que as autoridades ajam. Se isso não acontecer, vamos usar nossos próprios meios para defender nossa comunidade", ressaltou Achipurangi.

O cacique ordenou que os homens fabriquem arcos e flechas, inclusive para crianças. "Não podemos tolerar mais esta situação", disse. Os aché-guayakí foram os últimos indígenas a deixar a selva entre os anos 60 e 70, na leste do Paraguai. Grande parte de sua população morreu vítima de epidemias e assassinatos e hoje restam apenas cerca de 2.000 pessoas.



Museu Kuahi apresenta cultura e tradição dos povos indígenas na FIO 2014

SÍTIO AMAPÁ DIGITAL, 09.09.2014

Esculturas, objetos mitológicos, vestimentas e artigos artesanais fazem parte da exposição do Museu Kuahi, montada na área interna da Feira Internacional de Oiapoque (FIO 2014).

O espaço, que foi totalmente decorado e ornamentado com produtos indígenas, conta um pouco da história e tradição dos povos da região do Oiapoque através de peças representativas da cultura material de cada comunidade: Palikur, Karipuna, Galibi Marworno e Galibi Kalinã, além de peças artesanais produzidas e comercializadas pelas mulheres indígenas.

Para Renata Lod, descendente da etnia Galibi Kalinã e responsável pelo acervo histórico do Museu, apresentar uma parte da história desses povos à população e visitantes do município é muito importante a todas as comunidades, pois ajuda a sociedade a conhecer um pouco mais da vida dos índios.

"Para todos nós, povos indígenas, é bom participar desse tipo de evento e poder mostrar um pouco da nossa história, da nossa cultura. Ver o interesse das pessoas que chegam aqui em querer conhecer nossa história é gratificante. A cada peça que veem, querem sempre saber mais e mais da cultura dos nossos povos", enfatizou.

O médico baiano que hoje atua no Hospital de Oiapoque, Rudinei Santana, disse que a exposição do Museu, principalmente para os turistas que visitam a Feira, é um dos espaços mais interessantes do evento.

"Essa exposição não poderia faltar aqui, principalmente por ter uma cultura indígena tão forte e tão presente no município. Eu, que atuo há alguns meses na região, não conhecia a história dos povos indígenas, passei aqui e fiquei encantado", comentou.



MPF diz que modelo de criação de Instituto de Saúde Indígena é inconstitucional

SÍTIO MEDIUM NEWS, 09.09.2014

Wendy Tonhati

O MPF (Ministério Público Federal) divulgou nesta terça-feira (9), uma nota do Grupo de Trabalho Saúde Indígena, que entende que o modelo de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi) é contrário ao que diz a Constituição Federal.

Na última sexta-feira (2), as lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul se posicionaram contrários à criação do Insi. Em reunião com os representantes do Governo Federal, eles rejeitaram a criação e afirmaram que o Instituto, que substituiria a Sesai (Secretaria de Especial de Saúde Indígenas), seria uma tentativa de privatização da saúde indígena.

Por meio de nota, os procuradores argumentam que a criação do Insi, nos moldes em que está sendo discutido, estaria na contramão dos princípios constitucionais porque transfere a execução da saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS) para pessoa jurídica de direito privado, que não faz parte da administração pública.

O MPF destacou ainda em nota, que pela Constituição, a saúde pública é de obrigação do poder público, por meio do SUS, sendo o papel da iniciativa privada meramente complementar.

Eles consideram que o controle social da saúde indígena seria prejudicado por falta de representatividade, já que apenas três membros do conselho deliberativo do Insi, de um total de treze, seriam indicados pelas organizações indígenas.



ONGs tentam impedir no Supremo Tribunal Federal que o Congresso legisle sobre Mineração

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 09.09.2014

Um grupo de ONGs indigenistas, entre elas o Instituto Socioambiental, tenta no Supremo Tribunal Federal (STF) impedir a tramitação do Marco Legal da Mineração. O projeto de lei tramita na Câmara dos Deputados desde o ano passado. As ONGs entraram na última segunda-feira, 8, com um mandado de segurança no STF pedindo a destituição do relator da matéria, deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG).

As ONGs sustentam que aproximadamente 20% dos recursos arrecadados por Quintão na campanha de 2010 foram doados por empresas de mineração e metalurgia, conforme prestação de contas apresentada por ele à Justiça eleitoral. Em maio deste ano, o mesmo grupo de organizações encaminhou uma representação à mesa diretora da Câmara solicitando a destituição do relator.

Mas, o presidente da Casa, Henrique Alves (PMDB-RN), arquivou o pedido alegando que o projeto de lei trata de "regras gerais, aplicáveis indistintamente a todas as empresas que atuam no setor" e não está relacionado aos interesses de nenhuma empresa em especial.

Para o grupo, "sendo a lei uma norma de caráter geral, abstrato e impessoal, é impossível se cogitar que possa ela se destinar a regular uma só empresa ou uma só pessoa física".

Integram o grupo o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e o Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração, entre outras organizações que fazem parte do comitê nacional em defesa dos territórios frente à mineração, além da WWF Brasil e da plataforma dos movimentos sociais pela reforma política.

Em sua defesa, Quintão diz que não há qualquer irregularidade em relação às doações e que o projeto do Código de Mineração foi enviado à Câmara pelo governo. Seu parecer, observou o deputado, foi contrário ao interesse das empresas porque prevê o aumento dos royalties pagos por elas para 4% sobre o faturamento, em vez dos 2% atuais. "É uma tentativa ferir um projeto que é de interesse nacional, de cunho nacional, diz Quintão.

O texto que as ONGs tentam embargar cria o Conselho Nacional de Mineração e a Agência Nacional de Mineração, que substituirá o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje responsável pelas autorizações de pesquisa e lavra de minério. Há o temor que o novo marco facilite a regulamentação da mineração em Terras Indígenas.

Há anos o movimento indigenista tenta imobilizar os ativos minerais do Brasil através da demarcação de terras justamente onde estão as principais jazidas de alguns minérios raros. A maior jazida de nióbio no planeta fica em uma terra indígena no norte do Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

A Constituição Federal não proíbe a mineração em terras indígenas. O parágrafo 3º do Artigo 231, o mesmo que trata das demarcações, determina também que "o aproveitamento dos recursos hídricos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional". A falta de regulamentação da matéria é que torna impossível a exploração.

Ao que parece as ONGs lutaram para que permaneça a falta de regras.

Fonte: Questão Indígena



MPF recomenda a governo estadual cadastramento de propriedades quilombolas
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 09.09.2014

Sem bloco de nota fiscal do produtor, quilombolas não têm acesso a programas federais de auxílio à atividade rural

Any Cometti

Os quilombolas de Conceição da Barra e de São Mateus, no norte do Estado, que estiverem interessados em abrir um cadastro de produtor rural, deverão ser atendidos por mutirão a ser realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz), que também deverá emitir o bloco de notas do produtor e prestar informações a respeito dos direitos e deveres dos emitentes de nota fiscal. As comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares reivindicam há anos o cadastramento rural.

A ação é motivo de uma recomendação enviada à Sefaz pelo Ministério Público Federal (MPF) em São Mateus. De acordo com o órgão, as comunidades quilombolas denunciam que enfrentam diversos obstáculos para ter acesso a programas federais de auxílio, fomento e crédito à atividade rural, em virtude de não possuírem bloco de nota fiscal do produtor rural, mesmo existindo um decreto estadual revogando a exigência do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

O governo tem 30 dias para confirmar o recebimento do ofício e enviar uma resposta, juntamente com um cronograma de visitas às comunidades a serem beneficiadas com a medida. Além disso, deve ser dada a devida publicidade do cronograma aos interessados e enviados à Procuradoria relatórios acerca dos mutirões pela Sefaz.

Os quilombolas não têm acesso ao CCIR porque não possuem a titulação definitiva de suas terras e, por esse motivo, o Decreto Estadual nº 3581-R revoga a necessidade de apresentar o CCIR para inserção no cadastro de produtor rural, justamente para que o produtor da comunidade tradicional quilombola possa se inscrever no cadastro.

A realização dos mutirões é imprescindível para inserir os quilombolas no cadastro de produtor rural e dar eficácia ao decreto estadual, como considera a procuradora da República em São Mateus, Walquiria Imamura Picoli, autora da recomendação, uma vez que as comunidades quilombolas encontram-se em situação de grave vulnerabilidade econômica e social - fator que dificulta a obtenção da documentação necessária, bem como a locomoção de seus membros.

No Estado, a situação dos quilombolas é especialmente precarizada pela lentidão nos processos que visam a recuperar os territórios usurpados pela Aracruz Celulose (Fibria), por usinas de cana-de-açúcar e álcool, e grandes fazendeiros. Sem o reconhecimento da terra como tradicionalmente quilombolas, as comunidades enfrentam dificuldades para sobreviver. Na



região, onde antes havia fartura e preservação ambiental, predomina o cenário de miséria e destruição.

No Estado, oito comunidades quilombolas estão em processo de titulação, que já leva anos. De acordo com a Comissão Pró-Índio, os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades de São Domingos, localizada em Conceição da Barra, e Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim (região sul), foram publicados há mais de dois anos e, desde então, não houve andamento no processo de titulação desses territórios.

O caso do território de São Domingos esteve no centro de uma das ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de agilizar o processo de regularização de territórios quilombolas no País. Este foi classificado como um dos exemplos mais claros de descaso, no qual promotores constataram uma série de medidas tomadas pelos órgãos competentes para praticamente paralisar o processo de reconhecimento das terras. A área é explorada pela Aracruz Celulose desde a ditadura militar e por fazendeiros reunidos no Movimento Paz no Campo (MPC).

Também em Conceição da Barra, os territórios de Angelim e Linharinho estão com a elaboração de seu RTID congelada desde o dia 31 de outubro do ano passado. Linharinho tem 85% dos seus 9,5 mil hectares ocupados pela Aracruz. A empresa questionou a portaria de reconhecimento do território, obtendo vitória na Justiça em 2007. Após anulação, somente naquela data foi aberto um novo processo, que pode levar de dois a três anos para ser concluído.

Na mesma situação está a comunidade Roda D'Água, localizada no mesmo município, que está com o RTDI em elaboração desde 4 de abril deste ano. Já a comunidade Retiro, em Santa Leopoldina (região serrana), teve a portaria do presidente do Incra publicada há mais de dois anos, em 31 de janeiro de 2012. Um dia antes, foi publicada a portaria dos territórios Serraria e São Cristóvão, em São Mateus (região norte). A portaria da comunidade São Pedro, localizada em Ibiragu (norte do Estado), foi publicada no dia 23 de novembro de 2012, e desde então não houve atualização no processo.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

Dom Feliciano - reunião sobre a Estratégia da Saúde da Família Quilombola

SÍTIO BLOG DO JUARES, 09.09.2014

Na última semana estiveram reunidos com o prefeito de Dom Feliciano, Dalvi Soares de Freitas e o secretário municipal de Saúde, Roberto Carlos Chrostowski, os técnicos referência da Coordenação Estadual da Saúde da População Negra, Carine Bianchi e Márcio Malavolta.

A reunião foi sobre o recurso da Estratégia da Saúde da Família Quilombola, que objetiva qualificar o cuidado e o acesso à saúde da população negra residente em comunidades remanescentes de quilombos urbanas ou rurais do estado do Rio Grande do Sul.



Empreendedorismo ribeirinho: beneficiamento para cinco mil pessoas no Amazonas
SÍTIO MERCADO ÉTICO, 09.09.2014

O projeto "Empreendedorismo Ribeirinho" é inaugurado para atender 20 municípios, distribuídas em nove Unidades de Conservação (UCs), com cerca de cinco mil pessoas atendidas.

"É essencial estimular o empreendedorismo ribeirinho, 'reinventado' uma tecnologia de apoio". Essa frase esteve no discurso do superintendente geral da FAS, Virgílio Viana, na solenidade de lançamento do projeto "Empreendedorismo Ribeirinho", que ocorreu na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, RDS Rio Negro, no dia 04, em parceria entre a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-AM). Esse trabalho realizará o levantamento das principais dificuldades enfrentadas pelas cadeias produtivas prioritárias nas comunidades.

O projeto é aplicado em 20 municípios, distribuídos em nove Unidades de Conservação (UCs), com 15 cadeias produtivas, como a farinha, o açaí, os óleos vegetais, o turismo. Serão cerca de cinco mil pessoas atendidas com sugestões de 45 cursos de capacitação.

Para o coordenador do Programa Nacional Sebrae nos Territórios da Cidadania, Ivaldo Bezerra comenta que o objetivo é aproveitar o potencial empreendedor que já existe nas comunidades. "Vamos trabalhar para retirar esses empreendedores das informalidades e transformá-los em empreendedores com CNPJ, que irá garantir o aparato legal de pessoa jurídica oferecendo também direitos iguais com os seus fornecedores".

O diagnóstico do projeto investigará e apurará as necessidades fundamentais e especificidades de cada cadeia, para que seja construindo em conjunto com os empreendedores comunitários, uma agenda de cursos e consultorias que o Sebrae-AM desenvolverá até 2016.

"Entramos em uma fase de formação, após cinco anos de trabalho nas UCs, a FAS, junto com o Sebrae-AM, trabalhará na formação de empreendedores comunitários", explica a coordenadora geral do Programa Bolsa Floresta (PBF), Valcléia Solidade.

A Fundação cuidará da mobilização e acompanhamento de todas as etapas do projeto, inclusive na construção da agenda de trabalho, garantindo que as ações sejam desenvolvidas de acordo com a metodologia do PBF. Já o Sebrae-AM será responsável pela organização e implementação dos diagnósticos, estudos específicos, cursos e capacitações previstas.

O projeto terá duas fases. A primeira será a identificação das demandas das cadeias produtivas e a elaboração dos planos de capacitação. Na segunda fase, os cursos e capacitações relacionadas às cadeias produtivas prioritárias desenvolvidas em UCs.

O gerente assistente de pessoa jurídica do Bradesco, Hedryo Colares Malheiro esteve presente
CONT.



no evento e esclareceu que o Bradesco vai além de cuidar da conta do cliente. "Realizamos sonhos por meio do crédito bancário. O Bradesco possibilita a aplicação desse crédito em um projeto pessoal de forma transparente como estes que estamos vendo nesta solenidade", comenta.

O objetivo da parceria entre FAS e Sebrae-AM, visa atender e aproveitar as oportunidades, ter novas alternativas de renda e produzir mais com qualidade os negócios sociais e produtivos realizados nas comunidades atendidas pelo Bolsa Floresta com formação e orientação aos empreendimentos que já estejam no mercado ou em empreendimentos futuros dentro das UCs.

Sair da irregularidade é o sonho da comerciante Adriana Brito de Mendonça que possui um restaurante, desde janeiro deste ano, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. "Espero que essa parceria ocasione resultado para nossa comunidade, eu sou empreendedora e ainda não tenho o CNPJ, e agora ficou mais claro o que preciso, tenho certeza que vou melhorar meu trabalho trazendo novidades para os clientes", disse Adriana.

O projeto de capacitação para o empreendedorismo ribeirinho, será focado na geração de renda, produção sustentável, comercialização e apoio à gestão empresarial aliado a soluções inovadoras para pequenos negócios ribeirinhos. "Além das principais atividades, o diagnóstico inicial também atenderá outros empreendedores que vão desde a venda em pequenos estabelecimentos comerciais, por exemplo, as tabernas, como ainda a geração de renda alternativa como os serviços de manicure, venda do doce gelado conhecido na região como dindin e demais atividades peculiares à região", esclarece o supervisor de empreendedorismo e negócios sustentáveis da FAS, Wildney Mourão.

(Fundação Amazônia Sustentável)



Oficina orienta sobre uso da natureza para produção de remédios e cosméticos
SÍTIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 09.09.2014

Os ribeirinhos Daiane e Geová, do Amapá, e o indígena Tiago Honório, de São Paulo, não se conhecem, mas têm algo em comum: moram em comunidades do interior onde se usa plantas medicinais para tratamento de doenças ou com objetivos estéticos. Eles estão em Brasília para participar da Oficina sobre Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais associados à Biodiversidade, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O evento tem como objetivo orientar agricultores familiares, indígenas e quilombolas sobre os direitos que possuem em relação a esses conhecimentos relacionados à natureza. O encontro começou nesta terça-feira (9) e segue até sexta (12).

A discussão é importante porque muitos produtos disponíveis no mercado, como fármacos e cosméticos, possuem na fórmula componentes da natureza, sendo que muitos só foram elaborados devido ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade dessas comunidades. As empresas que elaboram esses produtos acabam patenteando as receitas sem repartir o crédito aos detentores do recurso e do conhecimento.

O indígena Guarani Tiago Honório dos Santos, 22 anos, já tem essa consciência. Ele veio de São Paulo, do extremo litoral Sul, para representar sua comunidade. Para ele, essa é uma oportunidade de ouvir os argumentos apresentados e, depois, formar uma opinião. "Acontece que, às vezes, somos muito hospitaleiros, e, por isso, algumas pessoas se apropriam do nosso conhecimento".

Os ribeirinhos Daiane Machado, 17 anos, e Geová de Oliveira, 28, vieram do Arquipélago do Bailique (AP), local que abriga 50 comunidades. "Se as empresas possuem benefícios, nós também temos esse direito", acredita Daiane. Geová apoia a colega. "Temos esse direito de ganhar algo em troca. Estamos mais conscientes", afirma.

"A iniciativa é fundamental para o fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais. Processos de capacitação são de extrema importância, pois permitem a troca de percepções entre os participantes, aumentando o acúmulo existente dentro das organizações", comenta o chefe da Assessoria Internacional e Promoção Comercial do MDA, Caio França.

Ao final da Oficina, a meta é que os participantes formem uma grande rede permanente de multiplicadores nessa temática. Participam 20 representantes de povos e comunidades tradicionais de todo o País – dentre eles, agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Parceiros

A oficina é uma parceria entre o MDA e os ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Cultura (MinC), da Justiça (MJ), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Fundação Cultural Palmares.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

Serviço

Oficina sobre a Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais associados à biodiversidade de tratados internacionais

Data: 9 a 12 de setembro

Hora: abertura no dia 09, às 14h. Nos demais dias, a partir das 8h30.

Local: Instituto Israel Pinheiro - SHDB QL 32, Conj. 1, Bloco A, Lago Sul – Brasília (DF).

Jalila Arabi

Ascom/ MDA



Índios encontram corpo de padre que estava desaparecido em rio de MT
SÍTIO REPÓRTER DO ARAGUAIA, 10.09.2014

O corpo do padre Balduíno Loebens, de 73 anos, que atuava em Juína, a 737 km de Cuiabá, foi encontrado no Rio Juruena, na noite desta segunda-feira (8). Ele estava desaparecido desde domingo (7) depois de fazer uma visita a uma aldeia indígena, da etnia Rikbaktsa, no município. Conforme o Corpo de Bombeiros, que fez as buscas pelo padre, os índios viram o padre saindo sozinho e logo depois avistaram o barco vazio.

O Corpo de Bombeiros de Tangará da Serra, que atende a região, procurou o padre de barco durante toda a segunda-feira e, depois de encerrar as buscas no final da tarde, o corpo foi localizado à noite pelos indígenas, próximo ao município de Castanheira, a 780 km da capital, abaixo do local onde o barco foi encontrado, de acordo com o subtenente do Corpo de Bombeiros, Jamil Nobres da Silva.

A Catedral Sagrado Coração de Jesus comunicou o falecimento em sua página institucional na internet. Em nota, a paróquia diz que o padre 'navegou' por vários anos no Rio Juruena, "levando vida, esperança, apoio e a alegria do evangelho". Missionário Jesuíta, ele trabalhou por mais de 40 anos no Distrito de Fontanillas, atendendo as aldeias da região.

"A Paróquia Sagrado Coração de Jesus, consternada, manifesta os sentimentos de solidariedade aos familiares, aos povos indígenas - por mais de 40 anos atendidos pastoralmente pelo padre - a toda a comunidade de Fontanillas e amigos", diz trecho da nota divulgada pela igreja.

No domingo, o padre saiu do Distrito de Fontanillas, em Juína, e ao retornar para a comunidade depois de visitar a aldeia indígena sofreu o acidente. As causas ainda devem ser apuradas. O corpo foi levado para Juína, onde deve passar por exame de necropsia e, em seguida, velado e sepultado.

Ler mais: <http://www.jreporterdoaraguaia.com/products/a10-09-2014-indios-encontram-corpo-de-padre-que-estava-desaparecido-em-rio-de-mt/>



Índios Munduruku vão definir formato e prazos de consulta sobre usina
SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 10.09.2014

Os índios munduruku do alto e médio Tapajós devem ser consultados nos próximos meses sobre o processo de construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no oeste do Pará. A obra integra um complexo de usinas que deve ser construído ao longo do rio que dá nome ao empreendimento, onde estão localizadas 118 aldeias do povo munduruku.

O direito à Consulta Prévia, Livre e Informada está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 1989, que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais do mundo e indica a obrigação de uma consulta a essa população no caso de empreendimentos que afetem seu território.

No entanto, para a execução dos princípios da Convenção é necessário que o governo esteja disposto a ceder em certos pontos, pois apesar da pressão que existe para o cumprimento do cronograma de implementação das hidrelétricas, é preciso levar em consideração o tempo necessário para que haja o máximo de esclarecimento possível sobre questão para os indígenas. Caso contrário, não se pode falar em consulta livre e de boa fé.

>> Confira abaixo mais detalhes sobre a Consulta Prévia, Livre e Informada, que deve ser realizada nos próximos meses.

Índios Munduruku vão definir formato e prazos de consulta sobre usina

Em reunião na aldeia Praia do Mangue, índios iniciaram o diálogo com o Governo Federal para o processo de consulta e querem fazer capacitação sobre a Convenção 169

Fonte: Procuradoria da República no Pará/ Ministério Público Federal

Os índios munduruku do alto e médio Tapajós se reuniram com representantes do governo federal nos dias 2 e 3 de setembro para tratar, entre outros temas, da consulta prévia, livre e informada sobre a usina de São Luiz do Tapajós. A consulta é uma obrigação prevista na Convenção 169 e não foi realizada para nenhuma obra de usina na Amazônia.

No caso de São Luiz do Tapajós, decisões em todas as instâncias do judiciário confirmaram que a consulta tem que ser realizada. Na reunião da semana passada, o governo apresentou uma proposta de consulta e as sociedades tradicionais impactadas – não só índios como população ribeirinha – devem apresentar suas contrapropostas para que a consulta seja adequada aos costumes dos povos consultados, como ordena a Convenção.

O procurador da República Camões Boaventura, do Ministério Público Federal (MPF) em Santarém, que acompanha a ação judicial que trata dessa consulta prévia, participou da reunião, que teve a presença de integrantes da Advocacia-Geral da União, Ministério do

CONT.



Planejamento, Secretaria Geral da Presidência da República, Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça e Ministério de Minas e Energia. Tomando como base a definição de consulta pela Convenção 169 – um processo, não um ato – a reunião marcou o primeiro momento de um diálogo que deve se estender por vários meses. Ficou acordado que a consulta só poderá ter início de fato depois de uma capacitação dos índios sobre o tema.

O processo de capacitação será feito junto com o MPF ainda em setembro. Após a formação, os índios pediram tempo para percorrer as 118 aldeias do povo munduruku ao longo do Tapajós para discutir a forma como será realizada a consulta. Eles argumentaram com o governo que trata-se de um tema extremamente complexo e novo para eles, além de ser um momento de decisões determinantes para o futuro do povo indígena.

Na reunião, os representantes do governo federal chegaram a apresentar um planejamento de consulta e um cronograma, tentando pressionar os índios para apressar o processo e adequá-lo ao cronograma feito em Brasília para a usina. Os munduruku responderam com firmeza, dizendo considerar a consulta como uma conquista deles e afirmando que já não está sendo cumprida a Convenção 169, por não ser prévia. Para os índios, qualquer consulta sobre usina hidrelétrica deveria ser feita antes da resolução do Conselho Nacional de Política Energética que determina o local do barramento. “Essa consulta já não está sendo prévia, vocês querem pressionar para que ela não seja livre?”, questionaram.

Eles questionaram o planejamento apresentado pelo governo, que não previa sequer reuniões internas entre os índios para debater as propostas e impactos da usina. O procurador da República Camões Boaventura assinalou que o momento da consulta não deve ser utilizado para tratar de medidas compensatórias da usina. “A consulta é um dos momentos de aferir a viabilidade social, econômica e ambiental do empreendimento. Em outras palavras, a realização da consulta deve ajudar no processo de tomada de decisão acerca da concretização ou não do empreendimento”, disse.

“Se a decisão de realizar a obra já estiver tomada perde sentido a realização da consulta, e isso fere o espírito da Constituição de 1988, da Convenção 169 da OIT e da legislação ambiental, que prevê um procedimento licenciatório que deverá ser compreendido a partir de critérios técnicos. A agenda de demarcação, saúde e educação que o governo traz no bojo das discussões sobre a usina independe totalmente dela, é direito das populações com ou sem barragem. Substituir direitos constitucionalmente assegurados por favores vicia todo o processo de diálogo, que deve ser de boa-fé”, afirmou.

Outro problema evidenciado na pressão do governo por cumprir prazos para a consulta é a dinâmica da vida no Tapajós. Os representantes do governo insistiram em agendar o início do processo para meados de outubro. Os índios explicaram que outubro é o mês da roça e se eles ficarem presos em reuniões não poderão produzir alimentos. Boaventura questionou os prazos trazidos pelos representantes do governo: “essas metas foram definidas desconsiderando totalmente a vontade e a dinâmica da vida dos indígenas a serem consultados, o que viola objetivamente a Convenção 169”. “Não é correto supor que uma investida dessa magnitude do poder público que tem real potencial de impactar severa e definitivamente os destinos de inúmeras comunidades tradicionais da Amazônia seja compreendida e avaliada em uma

CONT.



agenda tão apertada de um suposto diálogo. Aliás, é preciso indagar: as metas de produção de energia foram pensadas por quem e em prol de quem?”, perguntou.

Comunidades tradicionais e ribeirinhas que também são fortemente impactadas pelo projeto de São Luiz do Tapajós, de acordo com o governo, não serão consultadas. O MPF avisou que isso descumpra as decisões judiciais do processo sobre a usina, que reconheceu o direito de todas as comunidades, tanto ribeirinhas quanto indígenas. “Ribeirinhos e agroextrativistas são tão sujeitos de direitos da Convenção 169 quanto os indígenas e devem ter direito a uma consulta apropriada também. Afirmar o contrário é mais uma vez incidir num discurso hegemônico, em que os diferentes modos de viver e se relacionar com a floresta são desconsiderados”, disse o procurador Camões.

De acordo com o calendário estabelecido na reunião, pelo menos até o dia 5 de novembro ocorrerão debates internos entre os índios sobre o processo de consulta. Só depois disso, o governo deverá ser chamado para planejar a consulta.



Operação na Reserva Indígena do Ligeiro cumpre mandado de busca e apreensão
SÍTIO RÁDIO UIRAPURU, 10.09.2014

Os primeiros efetivos chegaram ao local ainda na noite de ontem

A Polícia Federal, em parceria com a Brigada Militar desencadeou na manhã desta quarta-feira uma operação para cumprir mandado de busca e apreensão em busca de armas na Reserva Indígena do Ligeiro, no interior do município de Charrua.

A operação foi capitaneada pelo Delegado da Polícia Federal Mario Luis Vieira e o comandante do BOE em Passo Fundo Adair Zanotelli. Mais de 300 policiais militares e 80 policiais federais participaram desta ação.

No local existe uma briga interna entre os cerca de dois mil indígenas, que estão divididos em função de uma rixa entre dois caciques. Incêndios a residências, tiroteios e tentativas de homicídio foram registradas no local em virtude desta briga.

A Polícia Federal começou então as investigações e hoje, com o mandado de busca e apreensão, mas não encontrou armas na aldeia. Inicialmente os caciques resistiram, mas acabaram cedendo e deixando que a polícia cumprisse o seu trabalho.

Os primeiros efetivos chegaram ao local ainda na noite de ontem. O repórter Lucas Cidade está no local e deve trazer maiores informações em instantes.



Alunos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda participam de palestra sobre questões indígenas

SÍTIO FOLHA DO POVO, 10.09.2014

Os alunos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da AEMS, Faculdades Integradas de Três Lagoas, participaram da palestra “Ei! O que este índio está fazendo aqui: Etnicidade, Religião e Poder Simbólico”, ministrada pelo historiador Dennis Fernandes. A palestra ocorreu na produtora da Instituição e contou com alunos do primeiro ao quarto ano.

Dos assuntos abordados, associações da religião e história, aspectos sobre os indígenas do Mato Grosso do Sul e também alguns apontamentos sobre o pentecostalismo, foram abordados. Para o professor Dennis Fernandes, “precisamos entender o momento histórico e também o contexto de Mato Grosso do Sul. Os índios estão presentes em nosso cotidiano e em vários momentos são massacrados pelos latifundiários, pela imprensa e também pelos não índios. Precisamos rever alguns conceitos”, ressalta.

As etnias foram apresentadas pelo pesquisador, onde mais de 67 mil índios estão presentes no Mato Grosso do Sul, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010. São eles: Kaiowá/Guarani, Terena, Kadiwéu, Ofaié, Guató, Kinikinau, Atikum e Kamba.

A palestra teve a interação dos alunos e também da professora Me. Luciana Mendes, que contribuiu com os seus conhecimentos. Para o coordenador do curso de Jornalismo, professor Me. Rafael Furlan Lo Giudice, “é de extrema importância os alunos participarem de palestras que abordem esse conteúdo. A resolução do Conselho Nacional de Educação e também a lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, dizem que nos cursos superiores temos que trabalhar assuntos como a influência indígena e africana na formação da identidade nacional e na sociedade brasileira contemporânea. Tanto no Jornalismo, quanto na Publicidade e Propaganda, os discentes abordam esses conteúdos nas disciplinas de comunicação, filosofia e pensamento contemporâneo, humanidades e cidadania, entre outras”, conclui.

No final da palestra, Dennis explicou aos alunos sobre habitus, questões ligadas à história individual e também sobre o teórico Pierre Bourdieu.



Questão indígena em Guaíra e Terra Roxa

SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 10.09.2014

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Poder Executivo do Município de Guaíra vem a público para estabelecer a verdade dos fatos e evitar a exploração oportunista de assuntos vinculados a questão indígena local, e prestar os seguintes esclarecimentos:

Projeto de Lei 33/2014 que solicita autorização legislativa para a aquisição de 02 imóveis rurais no total de 4,59 há na Comunidade Santo Antonio na Estrada da Faixinha:

No dia 03/09/2013 os indígenas da aldeia Tekoha Mirim desocuparam área vizinha que haviam ocupado, nesta negociação o Município se comprometeu em apoiar a construção de uma escola provisória, diante da não autorização dos proprietários das áreas ocupadas, restou ao Município apoiar a construção da escola em 02 lotes da Itaipu Binacional vizinho as áreas. No transcorrer destas tratativas se conseguiu uma negociação mais ampla, ou seja a desocupação das 02 áreas privadas ocupadas e a transferência das famílias indígenas para os 02 lotes da Itaipu Binacional. Assim em Dezembro de 2013, foi firmado um Termo de Cooperação entre o Município, Itaipu, MPF, FUNAI e a Aldeia Tekoha Mirim, em que Itaipu se comprometeu em efetuar a concessão de uso dos 02 lotes de sua propriedade e a construção de 20 casas, poço artesiano e banheiros, bem como mediante Convênio repassar R\$ 250 mil ao Município para aplicação conforme Plano de Trabalho. Os indígenas se comprometeram a desocupar as 02 áreas privadas e a mata ciliar da Itaipu Binacional. Por sua vez o Município se comprometeu a adquirir e conceder para o uso com a finalidade de plantio para a subsistência 02 alqueires, que ao serem adquiridos continuarão sendo patrimônio municipal.

Superadas as etapas jurídicas e de projetos, a Itaipu efetuou o repasse financeiro do Convênio e começou as construções compromissadas, restando ao Município por sua vez providenciar o fornecimento de 02 alqueires para o plantio. Assim sendo, o Município após efetuar a avaliação das áreas por comissão nomeada pela Portaria 33/2014, cumprindo a Lei Orgânica Municipal encaminhou o projeto de lei 33/2014 para a aprovação e autorização legislativa. Deve ser ressaltado que os 02 proprietários Geraldo Claro e Anésio Bittencourt concordam com a desapropriação.

Ao ser protocolado o projeto de lei na Câmara Municipal de Vereadores, se verificou uma reação desproporcional de munícipes que se declaram contrários a aquisição das áreas e a cessão de uso para a finalidade proposta, o que é legítimo pois nem sempre todos os projetos são aceitos de forma consensual e unânime.

O que o poder executivo pretende esclarecer, é que com a desaprovação do referido projeto de lei, talvez se perca uma boa oportunidade de começar a se encontrar soluções negociadas com todas as partes envolvidas, pois em termos práticos 02 proprietários irão vender seus imóveis

CONT.



a preço de mercado, indígenas passarão a ocupar áreas públicas e isto possibilitará uma primeira experiência de reassentamento amigável, que poderá resultar em novas experiências futuras.

Esta é a posição do Executivo Municipal e chegou a hora do pronunciamento do Legislativo Municipal, que inclusive poderá ser contrário ao posicionamento do Executivo Municipal, afinal vivemos numa país democrático. Mas o que o Executivo Municipal não pode aceitar, é a exploração política num período eleitoral de um assunto tão sério, através de informações deturpadas que estão sendo disseminadas nos últimos dias.

Estudo de Delimitação e Demarcação de Terras Indígenas em Guaíra e Terra Roxa:

Como todos sabem a FUNAI publicou a Portaria 139/2014 e está efetuando estudos de delimitação e demarcação de terras indígenas, nos últimos dias começou a circular nas mídias sociais imagem de um "mapa" que teria sido feito pela Prefeitura Municipal de Guaíra e inclusive fazendo alusão direta ao Prefeito do Município.

Deve ser esclarecido que o Prefeito Municipal de Guaíra como outros recebeu de forma anônima e não oficial uma impressão colorida do que seria um mapa de delimitação e demarcação pretendida pela FUNAI e que não se sabe quem, passou a divulgar estas informações de forma indevida nas mídias sociais.

Deve ser esclarecido, que o Município de Guaíra e de Terra Roxa nunca receberam sequer um ofício da FUNAI informando, consultando ou submetendo a nossa anuência os atos praticados pela Comissão nomeada pela Portaria 139/2014. Todo mundo sabe que não cabe ao Município elaborar Mapa de Delimitação e Demarcação de suas próprias terras, somente pessoas com interesses eleitorais podem ter tido a irresponsabilidade na divulgação de tais informações, brincando com assunto sério. Esclareça-se que jamais o poder executivo municipal irá pactuar com medidas desta natureza, ou seja, proporcionar a divulgação de um mapa não oficial, anônimo, e totalmente contra o interesse da sociedade, e muito menos, se fosse o caso, omiti-lo caso o tivesse recebido de forma oficial.

O assunto indígena é assunto complexo em que não há formula pronta e muito menos infalível para resolve-lo, mas não tenham dúvida que o Poder Executivo do Município de Guaíra está tratando deste assunto com muita responsabilidade e atenção para com os interesses do povo guairense e seu patrimônio.

Guaíra-PR., 02/09/2014
FABIAN PERSI VENDRUSCOLO
Prefeito do Município de Guaíra – PR.



Em Brasília, Simone vai trabalhar para levar desenvolvimento a comunidades quilombolas

SÍTIO FOLHA DO POVO, 10.09.2014

"Vou lutar para garantir os direitos constitucionais dos negros neste país. Queremos a construção de mais casas rurais, a regulamentação de outros quilombos e ainda garantir o desenvolvimento levando água, luz, cursos profissionalizantes e principalmente, o atendimento na área da saúde para estas famílias", garantiu a candidata ao Senado e vice-governadora Simone Tebet (PMDB), durante encontro com famílias quilombolas de Mato Grosso do Sul, na noite de segunda-feira (8).

O presidente da Associação de Moradores do Quilombo São Miguel, comunidade localizada a 87 quilômetros do município de Maracaju, ouviu atento as propostas. "A gente precisa de apoio para a agricultura familiar com maior linha de crédito para comprar equipamentos e implementos agrícolas. Acho que a Simone no Senado poderá nos ajudar muito", comentou Jorge Henrique Flores, de 47 anos (foto).

A comunidade conta com 87 famílias. No local são 10 produtores agrícolas que garantem parte dos alimentos, como hortaliças, da merenda escolar de alunos de escolas públicas daquele município. No encontro, Simone Tebet destacou a importância de levar mais casas rurais e de lutar pela regulamentação de outras áreas quilombolas. "Nós temos o título definitivo das nossas terras, mas existem comunidades que ainda não tem. Já contamos também 37 casas rurais construídas pelo Estado e no projeto são mais 22 unidades. Mais moradias e o acesso à saúde também são importantes", disse Jorge Henrique.

Já no município de Corguinho, 62 famílias estão localizadas na comunidade negra Furnas da Boa Sorte. Seu Carlito Ribeiro Macielle, de 56 anos, fez questão de cumprimentar Simone Tebet oferecendo seu apoio. "Esperamos que a Simone trabalhe para trazer mais desenvolvimento para as comunidades. É a oportunidade para garantir mais recursos e condições de trabalho. Eu apoio a Simone, é mulher e já mostrou a que veio", opinou.

Em Furnas da Boa Sorte as famílias produzem, entre outros alimentos, o milho e a mandioca para o consumo e para a venda nos municípios de Corguinho e Rochedo. No local, já foram construídas 40 unidades habitacionais pelo Estado.

"A gente espera que a Simone faça um bom trabalho trazendo principalmente meios para que os jovens possam se qualificar e trabalhar", opinou Maria Aparecida Martins, presidente da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, localizada no município de Jaraguari, a cerca de 45 quilômetros da Capital.

Como vice-governadora, Simone Tebet acompanhou uma recente conquista para a educação naquela comunidade que foi a aquisição de três veículos escolares sendo dois micro-ônibus

CONT.



por meio da parceria entre Estado e União. Além disso, Furnas do Dionísio recebeu um veículo de 12 lugares adquiridos com recursos do orçamento estadual através de emenda parlamentar.

No local são cultivados hortaliças, cana de açúcar, mandioca, milho, tomate e banana. Toda a produção conta com o auxílio de uma patrulha mecanizada cedida pelo Estado por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer). Já foram construídas 82 unidades habitacionais na comunidade.

Paz no campo

No encontro, que também contou com a presença de representantes de comunidades indígenas, Simone falou sobre suas bandeiras que quer defender do Senado Federal. Como vice-governadora, ela esteve diversas vezes no Ministério da Justiça (MJ) para tratar das negociações sobre a Fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, para um entendimento entre indígenas e produtores rurais. Se eleita senadora, a candidata vai trabalhar em Brasília pela paz no campo.



Indígenas se unem para eleger deputado federal

SÍTIO LEIA AGORA, 10.09.2014

Mobilização em Roraima busca levar um indígena ao Congresso depois de 28 anos sem um representante

"O Rio de Janeiro só elegeu índios, cantores e locutores de rádio", bradava, em abril de 1983, o general João Baptista Figueiredo, último ditador, ao repetir a velha crítica de que o brasileiro "votava mal" e não estava "preparado" para as eleições diretas. Naquele ano, o cacique xavante Mário Juruna tomara posse como deputado federal pelo PDT fluminense. Desde quando Juruna, ridicularizado pelo governo e pela mídia, deixou o Congresso, no fim de 1986, nunca mais o Brasil teve um índio no Parlamento.

Talvez a história mude neste ano. Em março, reunidos em assembleia na reserva de Raposa Serra do Sol, em Roraima, os tuxaua (caciques) das diversas etnias da região (macuxi, wapichana, taurepang, ingarikó, wai-wai, ianomâmi, patamona, saporá e yekuana) deram a ordem: índio vota em índio. A estratégia é eleger dois representantes: um deputado federal e um estadual. "Os políticos dizem representar a população de Roraima, mas só representam os povos não índios", critica Aldenir Wapichana, candidato à Câmara Federal pelo PT. O outro indígena em campanha ungido pelos caciques, Mário Nicácio Wapichana, sairá a deputado estadual pelo PCdoB. Com 49,6 mil moradores que se declaram indígenas entre os seus 450 mil habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE, Roraima é proporcionalmente o estado com a maior população indígena no País.

Na última eleição, um candidato indígena, Eliésio Cavalcante (PT), virou prefeito em Uiramutã. Para conseguir uma vaga na Câmara Federal, é preciso, porém, que Aldenir Wapichana obtenha ao menos 14 mil de um total estimado de 22 mil eleitores indígenas. A maior dificuldade, diz, é conseguir chegar às comunidades para fazer campanha. "Às vezes não tem carro, às vezes falta combustível."

As eleições deste ano são as primeiras em que se disponibilizou o perfil étnico dos candidatos, e assim se constata a absoluta maioria de brancos em busca de um cargo público, em proporção superior à da população. Segundo os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral, dos 25.366 inscritos para concorrer aos cargos de presidente e vice, governador e vice-governador, senador, suplentes e deputados federais e estaduais, 13.958 (ou 55,03%) declararam-se brancos. Os negros somam 9,24%, os amarelos 0,46% e os índios, 0,32%.

Roraima tem apenas 1,1% de candidatos indígenas ante 37,83% de brancos. De qualquer forma, esta parece ser a eleição com um maior número de índios candidatos desde a volta das eleições livres. Ao todo, dos 79 candidatos autodeclarados indígenas, 29 concorrem a vagas no Congresso. Até mesmo São Paulo possui um, Kaká Werá, que disputa um posto no Senado pelo PV.

CONT.



Há uma tentativa de se criar cotas para indígenas no Congresso por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e prestes a ser apreciada pelo plenário da Câmara. A PEC cria quatro vagas de deputados federais a serem preenchidas exclusivamente por índios. "No nosso sistema político, com a prevalência do poder econômico e de regras como o cociente eleitoral, eles jamais terão condição de vir ao Congresso como representantes eleitos", afirma o deputado petista Nilmário Miranda, autor da proposta.

Os índios decidiram, no entanto, não esperar e resolveram desafiar por conta própria o vaticínio. "Não acho que os índios deixaram de se candidatar ao Congresso por desinteresse. Eles nunca tiveram no foco da tensão como agora e nunca estiveram tão organizados", opina o antropólogo Henyo Barretto Filho, diretor do Instituto Internacional de Educação do Brasil. "Mário Juruna foi eleito pelo Rio de Janeiro e fundamentalmente por causa do apoio do PDT de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Hoje nenhum dos candidatos indígenas goza de forte apoio partidário, mas, por outro lado, contam com os votos dos próprios índios e de brancos que entenderam que esta causa não é só dos índios", aposta.

O perfil dos candidatos se diferencia do pioneiro Juruna. Enquanto ele mal sabia se comunicar em português, Aldenir Wapichana possui o ensino médio completo e se especializou em redes sociais. O cacique guarani-caiova Ládio Veron, candidato a deputado federal pelo PSOL de Mato Grosso do Sul, estudou História na Universidade Federal da Grande Dourados. Mas a principal diferença, concordam, é o apoio que passaram a ter. "Juruna trabalhava muito só. Hoje a gente tem aliados", diz Veron.

A possibilidade de ter um novo ou novos Jurunas no Congresso, à primeira vista, aponta para a possibilidade de eles servirem como contraponto ao forte lobby ruralista. Mas os candidatos surpreendentemente não elegem o setor como seu principal adversário. O alvo é o governo petista.

"O PT decepcionou os índios", critica Veron. "Esperávamos muito porque a promessa era grande." Os guarani-caiova sofreram diversos ataques de fazendeiros durante o governo Dilma Rousseff – o próprio Veron foi ameaçado de morte –, mas a presidenta só recebeu representantes das etnias após os protestos de junho de 2013. Até o petista Aldenir Wapichana tem críticas. "O governo ficou um pouco a desejar, faltou conversa." Se reeleita, Dilma que se cuide, as flechas partirão na direção do Palácio do Planalto. E se a estratégia indígena der certo, virão de bem perto.

*Reportagem publicada originalmente na edição 815 de CartaCapital, com título "Na grande taba"



Polícia Federal vai indiciar 20 índios pela morte de agricultores

SÍTIO RÁDIO ALTO URUGUAI, 10.09.2014

Delegado anunciou também que vai pedir a prisão dos envolvidos no conflito em Faxinalzinho

A Polícia Federal de Passo Fundo vai indiciar pelo menos 20 indígenas pelas mortes dos irmãos agricultores, Anderson de Souza, 27 anos, e Alcemar Batista de Souza, 41 anos, assassinados durante conflito agrário no município de Faxinalzinho, na região norte do Estado em abril deste ano. A informação foi divulgada na tarde desta terça-feira pelo chefe da Delegacia de Polícia Federal de Passo Fundo, delegado Mauro Vinícius Soares de Moraes.

Além disso, o delegado anunciou que vai pedir a prisão preventiva dos envolvidos. O conflito que resultou na morte dos irmãos ocorreu depois de uma série de atritos entre moradores de Faxinalzinho e os índios acampados à espera de demarcação de uma área supostamente de terra indígena. Naquele dia, os indígenas promoviam um bloqueio numa estrada, na localidade de Linha Coxilhão, onde os irmãos teriam tentado furar o bloqueio e acabaram mortos.

O delegado federal Mário Luiz Vieira, que conduz o inquérito, disse que os irmãos foram agredidos e mortos de forma violenta a pauladas e tiros de espingardas de diferentes calibres. Em 9 de maio, cinco índios, entre eles, o cacique do acampamento Deoclides de Paula, 44 anos, foram presos, mas depois de 20 dias foram soltos pela Justiça Federal para responder em liberdade. O Delegado Mauro Vinícius Soares de Moraes disse que o inquérito deve estar concluído em 30 dias. Ele não entrou em detalhes, mas afirma que já existem provas suficientes para o indiciamento.

Fonte: Correio do Povo



STF: Julgamento sobre demarcação de terras indígenas no MS deve ser concluído na próxima semana

SÍTIO PORTAL DO RI, 10.09.2014

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal prosseguiu, na sessão desta terça-feira (9), com o julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29087, apresentado pelo proprietário rural Avelino Antonio Donatti contra a declaração de sua fazenda como sendo de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká, no Mato Grosso do Sul. Em voto-vista, a ministra Cármen Lúcia manifestou-se pelo provimento do recurso.

A ministra seguiu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes na sessão de 24/6/2014, no sentido de dar provimento ao recurso interposto pelo proprietário rural. O relator, ministro Ricardo Lewandowski, votou pelo desprovimento, por entender que o mandado de segurança não é o instrumento judicial adequado para discutir uma questão de tal complexidade. Com a votação em 2 a 1, impedido o ministro Teori Zavascki, a Turma decidiu concluir o julgamento na próxima sessão, a fim de colher o voto do ministro Celso de Mello.

Salvaguardas

Segundo a ministra, o voto divergente do ministro Gilmar Mendes “é mais consentâneo” com as salvaguardas fixadas pelo Plenário do STF no julgamento da PET 3388, que tratou da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Naquela ocasião, decidiu-se que o marco temporal da ocupação indígena seria a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, em 5/10 daquele ano.

A ministra ressaltou que não há controvérsia quanto à inexistência de índios na região naquela data, conforme atesta o laudo antropológico que subsidiou o processo administrativo que resultou na demarcação da Terra Guyraroká, transcrito nos autos. Segundo este documento, os índios ocuparam a região até o início da década de 1940, quando os fazendeiros começaram a comprar terras do estado e tornaram inviável sua permanência no local. Até o início da década de 1980, alguns grupos indígenas permaneceram no local como peões de fazenda, como parte da estratégia de permanência nas terras onde sempre viveram, mas nessa época as últimas famílias deixaram o local.

“O laudo afasta quaisquer dúvidas sobre a anterior ocupação indígena na região onde está o imóvel, adquirido em agosto de 1988”, afirmou a ministra. “Há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na região”.

“Desassossego”

A ministra Cármen Lúcia manifestou, no início de seu voto, seu “desassossego” diante da

CONT.



dificuldade de uma solução judicial que atenda igualmente aos anseios da comunidade indígena, “há muito desapossada de suas terras, muitas vezes agravada em seus direitos fundamentais e na dignidade da pessoa humana”, mas também do produtor rural, “que, confiando na validade de título de domínio outorgado pelo próprio poder público, se vê ameaçado no que considera seu direito”. O equacionamento do problema, segundo ela, deve-se fundamentar “na garantia das relações sociais e na confiança que todos devem ter nos atos estatais”.

Para a ministra, o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena, neste caso, apenas pela posse imemorial instauraria “um grave caso de insegurança jurídica a desestabilizar a harmonia que hoje gozam cidadãos até mesmo em centros urbanos que, em tempos remotos, foram ocupados por comunidades indígenas”.

Ela chamou atenção para o “desolador quadro de instabilidade social e jurídica” existente na região, “que tem desamparado ambos os lados da disputa pela terra”, mas ressaltou que o problema não tem passado despercebido ao Poder Judiciário, “que não se distanciou de sua incumbência constitucional de analisá-la em profundidade, apresentando alternativas para construir soluções capazes de pôr fim a um conflito no qual não há vencedores, apenas vencidos, todos em situação de desagrado e desolação quanto a seus direitos, que nunca se veem plenamente atendidos”.

A notícia refere-se ao seguinte processo: RMS 29087.

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=29087&classe=RMS&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>



Danças e rituais tradicionais na arena do 4º Jogos Indígenas

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 10.09.2014

Os Munduruku fizeram a dança do Matrinxã, em que mulheres e homens agitam-se numa grande roda

BELÉM - O penúltimo dia dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará teve danças sagradas e luta corporal, sempre com muita interação entre atletas e público. Moradores locais levaram uma banda para animar a torcida que se formou durante o evento. A tarde começou com a demonstração de peteca, pelos Kiykatejê, divididos em duas equipes: arara e gavião. O objetivo do jogo é manter a peteca no ar por maior tempo possível. Depois, eles mostraram para o público a cerimônia Pohutete, também conhecida como festa do milho verde.

Os Kiykatejê apresentaram também a brincadeira do mamão. Como se tratava de uma demonstração, os indígenas usaram uma bola de futebol, em vez da fruta. Equipes de homens e mulheres se enfrentaram pela disputa do objeto numa espécie de luta corporal que começa com apenas um casal, mas que rapidamente ganha novos adeptos de ambos os lados. Aqueles que se sentem com vontade participar entram na luta para tirar o mamão do grupo adversário. Dezenas de homens e mulheres jogam-se uns sobre os outros até que alguém consiga tomar o mamão da outra equipe.

Em seguida, foi apresentada a luta corporal Xikrin, que começou com um ritual de preparação. Trata-se de uma luta que não tem juiz. Duplas se enfrentam. Ganha aquele que consegue derrubar o adversário de costas. Outro voluntário da plateia pediu para participar e foi parabenizado pelos índios pela resistência. O cacique Xikrin encerrou a apresentação ensinando ao público um pouco de sua língua. "Boa tarde! Gostamos muito do povo de Marudá", disse ele, na idioma materno.

Manifestações

O povo Xerente encantou o público com a dança do Gavião. Homens e mulheres, dispostos numa fila em que seguram uns nas cinturas dos outros, se movem em várias direções, enquanto outro parente corre simbolizando o gavião. Eles fazem com a boca barulhos semelhantes a sons de pássaros. Trata-se de uma manifestação cultural que traz uma lição ambiental. "O gavião costuma caçar na mata, mas com os desmatamentos, eles não têm onde caçar e invadem as aldeias em busca de alimento. Essa dança simboliza os 'parentes' defendendo suas caças do gavião faminto", explicou o cacique Edson Xerente.

Os Munduruku fizeram a dança do Matrinxã, em que mulheres e homens agitam-se graciosamente numa grande roda. Os Kayapó apresentaram a dança do Marimbundo. Os Wai Wai se apresentaram em seguida, mostrando a dança dos caçadores, feita sempre que chegam

CONT.



à aldeia depois de uma boa caçada. Os guerreiros entraram em fila, segurando seus instrumentos de caça. Eles circundaram a arena num passo cadenciado, agitando arcos e flechas de um lado a outro.

Os últimos a se apresentar foram os Pataxó, da Bahia, com uma luta corporal envolvendo rapazes que querem casar. O objetivo é mostrar para a família da moça pretendida que o rapaz já tem condições físicas de sustentar a mulher e a nova família. Os lutadores agarram uma das pernas no oponente para tentar derrubá-lo.

Finda a apresentação, os Pataxó agradeceram aos moradores da comunidade de Bacuriteua, em Marapanim, por terem sido tão bem recepcionados. "Já estivemos aqui alguns anos atrás e voltamos hoje para ver como estava o lugar. Fomos muito bem recebidos. Os moradores nos mostraram tudo e nos levaram até o rio. Gostamos muito de vir aqui porque os paraenses são sempre muito carinhosos com nosso povo", disse o cacique Tibira que, ao final da apresentação, jogou colares para o público.

Grupos folclóricos locais também se apresentaram, mostrando a dança da farinhada e do encanto do boto. No final, indígenas e não indígenas entraram na arena para dançar o carimbó, assim como fez Piranã, um dos guerreiros Pataxó.

Nesta quarta-feira (10), último dia de jogos, a coordenação promete um encerramento que deve ficar na memória de indígenas e não indígenas, com direito à queima de fogos ainda maior que a da abertura, entre muitas outras atrações. A programação começa de manhã, com a corrida de fundo, de cinco mil metros, pelas ruas de Marudá, e se encerra no fim da tarde, quando haverá a programação final.



Vídeo: crimes ambientais acontecem em reservas indígenas, diz Sema
SÍTIO SISTEMA DIFUSORA, 10.09.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=2Qw-cAdkzmw

Os dados mais recentes do instituto nacional de pesquisas espaciais apontam que Mirador foi o município com quantitativo mais elevado de focos de calor em todo o Maranhão no mês julho.

Para evitar que os constantes incêndios devastem o Parque Estadual do Mirador, onde dois importantes rios nascem, entre os quais o Itapecuru, uma série de operações está acontecendo na região

A Superintendente de Fiscalização da Sema, Naiara Vale, conversou com os jornalistas Eliene Pinheiro e Gilmar Corrêa no estúdio do jornal Bom Dia Maranhão, da TV Difusora. Ela anunciou também que a Secretaria de Meio Ambiente vai ampliar a fiscalização no estado.

Na área das florestas, os maiores problemas estão sendo registrados nas áreas indígenas. Segundo Naiara, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem feito trabalhos de fiscalização nas reservas, mas o flagrante é difícil de ser concretizado.

A Sema tem feito parcerias com órgãos estaduais e federais para diminuir o custo ambiental no Maranhão, garante ela.

Assista a entrevista na íntegra



Voto histórico: Ministra Cármen Lúcia desqualifica posse "imemorial" indígena em demarcação no Mato Grosso do Sul

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 10.09.2014

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal prosseguiu, na sessão da última terça-feira (9), com o julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº 29087, apresentado pelo proprietário rural de Mato Grosso do Sul, Avelino Antonio Donatti, contra a declaração de sua fazenda como sendo de posse imemorial da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká, no Mato Grosso do Sul. Em voto-vista, a ministra Cármen Lúcia manifestou-se pelo provimento do recurso.

A ministra seguiu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes na sessão de 24 de junho dando provimento ao recurso do produtor rural. O relator, ministro Ricardo Lewandowski, votou pelo desprovimento. Na época Lewandowski fez alusões abstratas a um certo "genocídio" que estaria ocorrendo na região. Mostramos a discussão entre ele e Gilmar Mendes aqui no #QI: Bate boca no STF sobre a Questão Indígena e a ignorância de Lewandowski sobre a situação do Mato Grosso do Sul

Com a votação em 2 a 1, impedido o ministro Teori Zavascki, a Turma decidiu concluir o julgamento na próxima sessão, a fim de colher o voto do ministro Celso de Mello.

Segundo a ministra Cármen Lúcia, o voto divergente do ministro Gilmar Mendes "é mais consentâneo" com as salvaguardas fixadas pelo Plenário do STF no julgamento da PET 3388, que tratou da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Naquela ocasião, decidiu-se que o marco temporal da ocupação indígena seria a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, em 5 de outubro daquele ano.

A ministra ressaltou que não há controvérsia quanto à inexistência de índios na região naquela data, conforme atesta o laudo antropológico que subsidiou o processo administrativo que resultou na demarcação da Terra Guyraroká, transcrito nos autos. "O laudo afasta quaisquer dúvidas sobre a anterior ocupação indígena na região onde está o imóvel, adquirido em agosto de 1988", afirmou a ministra. "Há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na região".

Cármen Lúcia manifestou, no início de seu voto, seu "desassossego" diante da dificuldade de uma solução judicial que atenda igualmente aos anseios da comunidade indígena, "há muito desapossada de suas terras, muitas vezes agravada em seus direitos fundamentais e na dignidade da pessoa humana", mas também do produtor rural, "que, confiando na validade de título de domínio outorgado pelo próprio poder público, se vê ameaçado no que considera seu direito".

Para a ministra, o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena, neste caso, apenas pela posse imemorial instauraria "um grave caso de insegurança jurídica a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2014

Brasília, 10 de setembro de 2014.

desestabilizar a harmonia que hoje gozam cidadãos até mesmo em centros urbanos que, em tempos remotos, foram ocupados por comunidades indígenas”.

Ela chamou atenção para o “desolador quadro de instabilidade social e jurídica” existente na região, “que tem desamparado ambos os lados da disputa pela terra”, mas ressaltou que o problema não tem passado despercebido ao Poder Judiciário, “que não se distanciou de sua incumbência constitucional de analisá-la em profundidade, apresentando alternativas para construir soluções capazes de pôr fim a um conflito no qual não há vencedores, apenas vencidos, todos em situação de desagrado e desolação quanto a seus direitos, que nunca se veem plenamente atendidos”.

Com informações do STF e foto de Nelson Jr./SCO/STF